

DEFINIÇÃO LEXICOGRAFICA E DISCURSO¹

José Horta Nunes

Unesp – São José do Rio Preto

RESUMO: Este artigo organiza um conjunto de conceitos e procedimentos pelos quais constrói um dispositivo para a análise discursiva da definição lexicográfica. Pela explicação e a exemplificação da utilização do aparato da AD neste tipo de análise, o texto dá visibilidade aos deslocamentos que uma análise discursiva, a partir do dispositivo teórico sustentado na relação língua-sujeito-história, realiza em relação à concepção lexicográfica da definição.

ABSTRACT: This article organizes a set of concepts and proceedings around which it builds a device to the discursive analysis of lexicographical definition. Through the explanation and exemplification of the use of the device of French DA in this kind of analysis, it gives visibility to the changes that a discursive analysis operates with its theoretical device founded upon the language-subject-history relation as regards the lexicographical conception of definition.

Seguindo a perspectiva da análise de discurso no Brasil com base em Orlandi (1987, 1988, 1990, 1992, 1996, 1999, 2001, 2002), bem como os trabalhos de Mazière (1989) e Collinot e Mazière (1997) em análise discursiva do dicionário, realizamos a análise de alguns dicionários brasileiros, procurando articular o quadro teórico da análise de discurso com alguns conceitos da história das idéias lingüísticas (Nunes, 1996, 2001, 2002). Nosso objetivo neste artigo é mostrar alguns dos resultados dessa articulação. Para isso, discutiremos conceitos e procedimentos metodológicos utilizados na análise discursiva da definição lexicográfica, retomando trabalhos anteriores e procurando delimitar, reagrupar e reformular esses elementos de acordo com nossas reflexões atuais.

Os trabalhos de Collinot e Mazière propõem uma abordagem discursiva da definição lexicográfica. Estes autores desenvolvem procedimentos de análise do dicionário, considerando-o como um dis-

curso. Utilizando a expressão “prêt-à-parler” para caracterizar o dicionário, eles entendem que este coloca em circulação certos modos de dizer de uma sociedade. Na produção do discurso lexicográfico, a definição ocupa uma posição fundamental. Collinot e Mazière (1997) mostram que a variação formal (sintático-enunciativa) das definições “faz sentido”, ou seja, essa variação é um índice de diferenças significativas no discurso lexicográfico. Por meio de uma análise dos enunciados definidores, podem-se explicitar diversos fatos discursivos, dentre os quais: identificação de formações discursivas, configuração da posição do lexicógrafo, deslocamentos de sentido na passagem de um estado discursivo a outro, distribuição dos enunciados definidores em diferentes domínios lexicais.

A análise discursiva do dicionário traz elementos para a história das idéias lingüísticas. Trabalhando a noção de “instrumento lingüístico”, de Sylvain Auroux, Collinot e Mazière (idem) estudam o aparecimento do dicionário monolíngüe na França, as transformações que esse fato produz, as concepções lingüísticas aí pressupostas e a historicidade das técnicas e procedimentos, que por vezes avançam em relação à teorização. Ao associarem a noção de instrumento lingüístico à concepção discursiva, estes autores concebem um modo de fazer história do dicionário que leva em conta suas condições de produção em determinadas conjunturas, bem como os efeitos de sentido que eles condicionam a partir de sua materialidade textual, incluindo-se aí os mecanismos definitórios.

I - Construção do dispositivo analítico

A fim de delimitar o conjunto de conceitos a serem acionados na análise, vamos partir da distinção que Orlandi (1999) faz entre o “dispositivo teórico” e o “dispositivo analítico” de interpretação. O primeiro diz respeito à sustentação do método e ao alcance teórico da análise de discurso, enquanto o segundo refere-se à parte que é de responsabilidade do analista:

“Por isso distinguimos entre o dispositivo teórico da interpretação, tal como o tematizamos, e o dispositivo analítico construído pelo analista a cada análise. Embora o dispositivo teórico encampe o dispositivo analítico, o inclui, quando nos referimos ao dispositivo analítico, estamos pensando no dispositivo teórico já ‘individualizado’ pelo analista em uma análise específica. Daí dizermos que o dispositivo teórico é o mesmo mas os dispositivos analíticos, não. O que define a

forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise.” (Orlandi, 1999:27)

Em nosso caso, temos o objetivo de construir um dispositivo analítico para o estudo discursivo das definições. Assim, a questão específica do analista é: como funciona o mecanismo discursivo da definição lexicográfica? Que efeitos de sentidos são produzidos com base nas formas sintático-enunciativas do enunciado definidor? Como o dicionário produz um discurso por meio das definições? O material consiste nos dicionários tomados em sua historicidade, mais especificamente nos enunciados definidores presentes no interior dos dicionários. As finalidades de análise são várias, conforme objetivos específicos que levam à efetuação de “recortes” do material, ou seja, a realização de diversas leituras do corpus.

Como vimos acima, o dispositivo analítico aciona alguns conceitos do dispositivo teórico da análise de discurso. Vamos tratar aqui de alguns desses conceitos, trabalhando-os em vista da construção do dispositivo analítico. São eles: *condições de produção, interdiscurso/intradiscurso, formação discursiva, heterogeneidade discursiva, e a relação sujeito-língua-história.*

Condições de produção

O conceito de “condição de produção”, tal como desenvolvido por Pêcheux, diz respeito a fatores extra-lingüísticos que são referidos para se explicitar o “funcionamento discursivo”:

“Os fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente lingüístico, no sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos ‘condições de produção’” (Pêcheux 1990:78)

As condições de produção estão relacionadas com as formações sociais e os lugares que os sujeitos aí ocupam. Tais lugares funcionam nos processos discursivos como formações imaginárias que “designam o lugar que A [produtor] e B [destinatário] se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Pêcheux, 1990:82). Assim, em uma formação social, existem as

“regras de projeção”, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações).

As condições de produção envolvem a relação entre sujeito e história, articulando uma concepção psicanalítica do sujeito aos estudos da ideologia, articulação que não ocorre sem contradições, mas que coloca questões tanto para a lingüística como para os estudos da subjetividade. Decorrem daí os conceitos de “esquecimento”, com a crítica à transparência da linguagem e ao sujeito como origem dos sentidos, o estudo das “falhas” lingüísticas no funcionamento discursivo (ambigüidades, polissemia, rasuras, etc.), os estudos das diversas formas de “alteridade” ou de “heterogeneidade” discursiva. Não vamos nos estender nesses pontos. Para isso, remetemos aos diversos trabalhos na área (Pêcheux, 1988, 1997; Henry, 1992; Orlandi, 1999; Authier, 1998).

Com relação aos nossos objetivos, o conceito de condição de produção leva a refletir sobre a produção dos dicionários, levando-se em conta a posição do lexicógrafo, tal como ela se constitui em determinadas conjunturas sócio-históricas. A distinção que Orlandi apresenta entre os dois sentidos do conceito de condição de produção nos permite avançar para pensar o caso do dicionário. Segundo a autora, “podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.” (Orlandi, 1999:30).

Assim, no contexto imediato, temos as circunstâncias enunciativas relacionadas ao discurso lexicográfico: quem fala, o quê, para quem, em que situação? A posição do lexicógrafo (na figura do autor, do editor, da equipe organizadora, etc.) aparece como aquela que apresenta o dicionário a seus leitores em determinadas situações. Os prefácios constituem material fundamental para a análise da posição do lexicógrafo. Lá o autor se coloca, construindo as imagens dos leitores e as do dicionário: o plano do dicionário, a relação do dicionário com a língua, a nomenclatura, os procedimentos lexicográficos, o contexto em que o dicionário se insere (dicionário de língua nacional, dicionário de regionalismo, etc.). Este aspecto da posição do lexicógrafo refere-se ao que a partir desta posição se diz (ou não diz) sobre a língua, o dicionário e seus interlocutores.

O estudo de tal posição, entretanto, não se limita a este aspecto. O texto do dicionário tem uma história que foge ao controle do lexicógrafo organizador e muitas vezes não coincide com o que o discurso dos prefácios estabelece. Deste modo, a análise do texto dicionarístico (dos ver-

betes) permite explicitar os traços da posição do lexicógrafo, questionando-se a evidência ou a neutralidade das definições, e relacionando-as com o lugar que o lexicógrafo ocupa em uma formação social. Note-se que a posição do lexicógrafo não remete diretamente a um ou outro autor, mas sim ao lugar que determina o que pode e deve ser definido em determinadas circunstâncias. Este lugar pode ser ocupado por um ou outro sujeito empírico. O que importa são as projeções imaginárias que aí se constroem, tais como as imagens do dicionário de autor (o “Bluteau” o “Moraes”, o “Aurélio”) e do dicionário de instituição (o “dicionário da Academia Brasileira de Letras”, o “dicionário Melhoramentos”, etc.).

Na análise do texto do dicionário, levantam-se outros elementos para a configuração da posição do lexicógrafo. Estamos considerando aqui apenas os enunciados definidores. Estes apresentam uma cena em que aparecem os diversos objetos e protagonistas da definição. Tal cena pode corresponder, por exemplo, a uma situação mostrada como “natural”, sem a intervenção de sujeitos humanos ou circunstâncias de diversas naturezas, ou aparecer como cenário da atividade do homem que vive em sociedade, com seu trabalho, seus comportamentos, suas atividades, que transformam a natureza. A variação das formas sintático-enunciativas são pistas para a configuração da posição do lexicógrafo, que de certo modo constrói as cenas definidoras.

Em um sentido mais amplo, a consideração das condições de produção conduz a mostrar a relação de um ou outro dicionário com a conjuntura sócio-histórica em que ele aparece. Como mostra Auroux (1992), o aparecimento dos dicionários monolíngües está relacionado com a formação dos Estados nacionais. Eles consistem, para este autor, em *instrumentos lingüísticos* que estendem a capacidade do falante e modificam o espaço-tempo em que este se insere. Daí a homogeneização lingüística que se seguiu em vários territórios com a proposição de “uma língua” para “um país”, como é o caso da França. O dicionário da língua nacional, assim como a gramática, desempenhou aí um papel fundamental. No Brasil, os estudos do projeto História das Idéias Lingüísticas buscam estudar a especificidade de um país de colonização, que “empresta” os dicionários de uma língua (o português) e passa a utilizá-los em seu território (caso do Moraes), desencadeando uma produção primeiramente complementar e em seguida local. Aos grandes períodos históricos do Brasil podem ser relacionadas certas formas dicionarísticas: os dicionários bilíngües português-tupi na conjuntura de catequese do Brasil Colônia, os dicionários de complemento no Brasil Imperial e os de brasileirismos no Brasil Republicano. Os estudos que acompanham o aparecimento

e as transformações dos dicionários no longo prazo possibilitam relacioná-los de forma refletida às conjunturas sócio-históricas mais amplas.

Definição e interdiscurso

Como afirma Orlandi (1999:30), o interdiscurso, ou a memória, também faz parte das condições de produção do discurso. Uma leitura discursiva do dicionário questiona a transparência da definição e, através do dispositivo de interpretação, objetiva explicitar a relação entre a *formulação* (intradiscurso) da definição e sua *constituição* (interdiscurso). Nesta relação, a constituição precede e intervém na formulação, ou seja, ela determina a formulação:

“A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos.” (Orlandi, 1999:33)

A análise da definição, deste ponto de vista, considera a relação entre o dito na definição e os não-ditos que intervêm nela de diversas formas. Há uma memória lexicográfica que é retomada, denegada, atualizada. O conceito de interdiscurso faz com que a definição não seja vista como um enunciado isolado, homogêneo, autônomo. O valor significativo do enunciado definidor só se estabelece na relação com o conjunto de enunciados que estruturam o interdiscurso, quer dizer, na relação com o campo da memória do dizer. Diremos que a definição simula o interdiscurso em seu interior, isto é, no seu intradiscurso (cf. Pêcheux, 1988). Diante disso, a análise procura identificar as filiações discursivas que configuram o campo de memória e que determinam o enunciável da definição.

Tomemos um exemplo. O dicionário de Moraes (1789), ao formular suas definições, inscreve-se em uma memória lexicográfica que tem o dicionário de Bluteau (1712) como referência. Isto remete a um discurso fundador da lexicografia portuguesa, quando Bluteau delimita os autores de língua portuguesa que irão autorizar as definições de seu dicionário. O fio do interdiscurso poderia ser estendido verificando-se a filiação de Bluteau aos dicionaristas franceses da época (Nicot, Estienne, etc.) e à influência destes na confecção de seu dicionário. A memória que daí advém é uma memória da tradição escrita, consolidada nos “grandes autores” da língua portuguesa, e o texto de Bluteau é a matéria-prima a partir da qual Moraes elabora seu discurso. Assim, o interdiscurso funciona

trazendo à cena do dicionário de Moraes a imagem enunciativa do dicionário dos grandes autores portugueses, com a posição do lexicógrafo efetuando a re-afirmação da tradição escrita.

A memória, ao ser evocada, não incide de modo pleno no discurso em formulação. Ela é trabalhada pelo intradiscurso, já que a formulação ao mesmo tempo retoma a memória e a desloca. Assim, se por um lado Moraes retoma o dizer fundador de Bluteau, com a memória dos grandes autores, por outro lado ele desloca esses sentidos e introduz uma outra imagem enunciativa: a do dizer claro e sucinto, que evoca a filiação ao Iluminismo e ao discurso da *Gramática* de Port Royal. Reduzindo oito volumes de Bluteau a apenas dois, Moraes re-escreve as definições de Bluteau, a partir de uma outra posição definidora: aquela que seleciona os dizeres em torno de um sujeito origem, um sujeito que, diante da multiplicidade de autores e de vozes, delimita o espaço da definição como lugar da evidência, da clareza e da concisão. Com esta reorganização da memória, o domínio da definição se separa do comentário, aí incluídos a menção, a citação e o exemplo, que passam a figurar em segundo plano no dicionário.

Outro exemplo. Quando temos em vista o contexto brasileiro, podemos também identificar domínios de memória específicos, a começar pelos discursos de viajantes e missionários e pelos dicionários bilíngües português-tupi. Estes estabelecem certos domínios de significação e imagens enunciativas que determinarão em grande medida as formas definidoras dos dicionários brasileiros. Mencione-se a esse respeito a seleção dos domínios, que se atém aos elementos naturais e à descrição do índio e das situações de colonização. É assim que tais elementos, a partir do momento em que são incorporados nos dicionários de língua portuguesa, passam a ser chamados de *brasileirismos*, designação que remete ao ponto de vista da metrópole em relação à colônia. Esta memória será constantemente retomada e atualizada em diversas situações, marcando a historicidade dos dicionários brasileiros.

A relação entre constituição e formulação torna-se mais explícita quando a análise descreve as formas de definição em um determinado corpus. Como resultado dessa análise (conforme exporemos na parte II deste artigo), a identificação das redes de memória que estratificam o interdiscurso fica relacionada com as marcas próprias dos conjuntos de enunciados que ali estão em jogo. É isso que permite que sejam observadas as formações discursivas que constituem o discurso lexicográfico.

Os estudos semânticos de Guimarães (1987, 1995, 2002), que realizam um diálogo produtivo com a análise de discurso, trabalham uma concepção de enunciação que leva em conta a historicidade dos sentidos e o interdiscurso. Salientem-se, dentre esses estudos, os desenvol-

vimentos de uma “semântica do acontecimento”, tratando a *designação* enquanto “uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história” (Guimarães, 2002). Dentro desta perspectiva, por exemplo, o trabalho de S. Oliveira (2002) traz uma reflexão sobre fatos enunciativos em dicionários de língua portuguesa. Em uma análise de prefácios e posfácios de edições do dicionário de Cândido de Figueiredo (1899, 1913, 1922, 1925), a autora mostra funcionamentos enunciativos das designações dos “brasileirismos” e dos nomes das línguas faladas no Brasil e em Portugal.

As formações discursivas e o enunciado definidor

Os sentidos da definição, de um ponto de vista discursivo, não são detectáveis no interior do enunciado definidor, tomado isoladamente, mas sim na relação que esse enunciado estabelece com outros em determinadas formações discursivas². Assim, os enunciados definidores são remetidos às posições ideológicas em jogo em um processo discursivo e às formações discursivas correspondentes a essas posições. Conforme Orlandi (1999:43), “as formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações”.

Ainda que a noção de formação discursiva suscite uma série de questionamentos e tenha passado por reformulações e atualizações, acreditamos que sua eficácia explicativa permanece. No caso do discurso lexicográfico, ela permite identificar diferenças significativas entre discursos presentes em uma conjuntura. Permite igualmente explicar algumas transformações na passagem de um a outro estado de um processo discursivo. Por exemplo, retomando a passagem de Bluteau a Moraes, é possível identificar duas formações discursivas concorrentes, que se distinguem por meio das seguintes propriedades:

- a. Passagem do discurso religioso ao discurso jurídico. Uma das marcas dessa passagem está nas diferenças lexicais: o léxico jurídico é introduzido deslocando os sentidos do léxico religioso e do discurso da providência natural. Na definição de *partilha*, por exemplo, Bluteau coloca “distribuição dos bens”, enquanto Moraes define como “divisão dos bens”: de um lado, o sujeito provedor e de outro o sujeito jurídico. *Parentesco* é definido por Bluteau como “proximidade do sangue” e por Moraes como “relação que há entre os que descem dos mesmos pais; a que se contrai por casamentos, compadresco, etc.”, de modo que no primeiro prevalecem o léxico das relações naturais (o *sangue*) e

no segundo o das relações sociais e jurídicas (*divisão, casamento, pais, compadresco*).

b. Passagem do modo de produção artesanal ao processo de fabricação. Esta passagem se verifica em definições que introduzem um sujeito que transforma as matérias-primas, que exerce uma atividade ou um trabalho de fabricação dos objetos, geralmente por meio da forma do participio passado, como em *paio*, que Bluteau define “recheio de carne de porco” e Moraes “carne de porco ensacada e curada, em intestino grosso”.

c. Passagem da finalidade natural ao uso transformador. Tal passagem é marcada por diferenças sintáticas que correspondem a deslocamentos discursivos, tal como na variação *que serve para/de que se usa para*. A primeira forma, que posiciona o nome-cabeça como sujeito, leva a uma imagem do mundo como o das finalidades naturais dos objetos, isto é, na filiação a um discurso da providência natural. A segunda forma coloca o nome-cabeça como objeto do verbo, e por conseguinte constrói a cena de um sujeito que transforma a natureza, discurso que se identifica com a noção de sujeito como responsável (sujeito jurídico) pela transformação do mundo, sendo que a finalidade é a da ação do homem.

d. Passagem do ponto de vista do produtor ao do consumidor. Esta passagem é observada em definições que introduzem um sujeito utilizador ou consumidor, em oposição aos sujeitos artesãos que predominavam no discurso de Bluteau. É o caso de *passamanes*, que Bluteau define como “espécie de renda, que se faz com bilros em almofada” e Moraes como “fitas tecidas de fio de prata, ou ouro, de que os armadores usam”. Nesse caso, a paráfrase verbal fazer/usar indica a substituição na forma do sujeito: o produtor e o utilizador/consumidor.

Pode-se notar que as regularidades representadas por essas marcas identificam diferentes formações discursivas. Estas, por sua vez, estão remetidas a formações ideológicas. No caso, percebe-se a passagem do Estado provedor ao Estado de direito. As pequenas marcas

Heterogeneidade discursiva

Ao analisar a historicidade das definições, podemos compreender o lugar que elas ocupam no dicionário em várias conjunturas e as formações discursivas às quais elas remetem. Isto nos leva a explicitar a constituição discursiva do enunciado definidor, mostrando a relação do seu “interior” com seu “exterior”. Tal relação se apresenta de diversos modos na história dos dicionários. Uma observação dos dicionários de língua portuguesa traz elementos para se observar a formação do domínio de definição no corpo do dicionário e para refletir sobre as formas de heterogeneidade discursiva aí presentes ou ausentes.

As formações discursivas não são blocos homogêneos, elas se constituem na relação com outras formações discursivas, incluindo-as, excluindo-as, absorvendo-as, negando-as, etc. Para explicitar a constituição de uma formação discursiva, faz-se necessário compreender seu modo heterogêneo de constituição. A distinção entre “heterogeneidade constitutiva” e “heterogeneidade mostrada” é significativa para se pensar o discurso da definição. Como afirma Maingueneau (1989:75), a heterogeneidade mostrada “incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação”, enquanto a heterogeneidade constitutiva “aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva”.

A definição do dicionário monolíngüe apresenta-se como um enunciado sem exterior: nenhuma marca de heterogeneidade mostrada. O corpo do verbete realiza uma separação entre o enunciado da definição, homogêneo, transparente, anônimo, e os discursos citados, os discursos remetidos a um sujeito ou a uma origem, os exemplos de uso comum ou localizado, os comentários. Tal separação produz um efeito discursivo que consiste em apresentar a definição na forma da “objetividade”, da “evidência”, isto é, ao modo da ilusão de um discurso sem sujeito e sem exterior. As citações, os exemplos, as remissões surgem como uma região à parte, um acréscimo, que vem complementar, elucidar ou comprovar o dito da definição.

De um ponto de vista discursivo, tal separação é uma construção historicamente estabelecida, já que a forma do dicionário tem sua existência determinada pela forma-sujeito do discurso na história. Podemos argumentar nessa direção evocando novamente a passagem de Bluteau a Moraes. Vimos que ocorre um deslocamento do discurso religioso ao jurídico, sendo que neste último temos um sujeito origem, responsável pelo que diz. Esse deslocamento representa uma mudança no agenciamento da heterogeneidade discursiva: uma passagem na forma-sujeito da heterogeneidade mostrada para a heterogeneidade constitutiva. Observemos os verbetes abaixo:

PALANDRAS. É o nome que Italianos, ou Franceses deram às duas barcas emparelhadas, que sem mastro, nem velas, nem marinheiros, mas levadas de reboque levam as carcaças, ou morteiros, que disparam as bombas modernas, máquinas incendiárias, e expugnatórias de fortalezas, e cidades. No *Lexicon Matemático* do P. Dom Jerônimo Vital, impresso em Roma, ano de 1690, acharás uma ampla descrição delas, *verb. Pallandrae*. (Bluteau, 1712)

PALANDRAS. s. f. São duas barcaças emparelhadas, levadas a reboque, onde vão as carcaças, ou morteiros para o ataque de Praças, ou Cidades marítimas.

A primeira definição, de Bluteau, inclui uma citação (do J. Vital) e uma forma meta-enunciativa (*é o nome que deram*). Isso caracteriza o dicionário de feição enciclopédica, com marcas de heterogeneidade mostrada. Já a segunda definição, de Moraes, não apresenta formas de heterogeneidade mostrada: a definição aparece sem exterior, sem outras vozes senão aquela do anonimato, ou antes, a voz do próprio dicionário. Tomada isoladamente, tal definição não indica nenhuma remissão explícita a Bluteau. No entanto, quando relacionamos as duas definições, vemos que há uma interdiscursividade. Deste modo, há uma heterogeneidade constitutiva que é interpretável através da relação entre os dois textos (a definição de Moraes ao mesmo tempo retoma e desloca a de Bluteau). A forma de heterogeneidade constitutiva, assim, é construída historicamente no dicionário. Nesse caso, percebe-se que de um a outro dicionário estabeleceu-se uma relação discursiva: o dicionário de Moraes não se constitui a partir da descrição direta dos “falares” de uma sociedade, como propõem dicionários como o da Academia Francesa, por exemplo. Ele é produzido na filiação com a tradição de escrita lexicográfica que remonta a Bluteau.

Definição e discurso: sujeito, língua, história

Diante do que apresentamos até aqui, esperamos ter mostrado que o enunciado definidor só toma seu valor quando considerado em relação ao conjunto dos enunciados presentes nas formações discursivas em jogo numa determinada conjuntura. O estudo das formas de heterogeneidade faz compreender o modo como esses enunciados se relacionam. Dentro desse contexto, a relação sujeito-língua-história, tal como trabalhada na análise de discurso, traz mais ferramentas para refletir sobre o discurso da definição. Metodologicamente, delimitamos o texto do dicionário para análise. Mas enquanto discurso, a definição tem um modo de circulação na sociedade, que não se limita a um tipo de texto. O texto, na análise de discurso, é o ponto de partida para se compreender os processos discursivos. Uma

vez compreendidos esses processos, eles podem ser percebidos em uma variedade de contextos e formas textuais. Assim, o que temos em vista fundamentalmente é o funcionamento discursivo da definição, sendo o dicionário o ponto de partida para o entendimento desse funcionamento, ou seja, é o nosso discurso de referência.

Realizamos esta observação a fim de mostrar que o que resulta da análise da definição é um certo modo de relação entre o sujeito, a língua e a história. O conceito de discurso como *funcionamento* (Pêcheux, Orlandi) pressupõe que tal relação é dinâmica, de maneira que as sistematicidades lingüísticas são remetidas às posições de sujeito em uma conjuntura. Para compreender o discurso das definições, leva-se em conta o fato de que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo. Definir de um certo modo é mostrar-se como sujeito do discurso definidor, com tudo o que isso implica: filiação a certas formações discursivas, relação específica com a língua.

Pela historicidade do dicionário, percebemos que a definição, caracterizada por fórmulas breves, se constitui enquanto domínio específico, separando-se de outras formas discursivas (é o que vimos no item anterior sobre a heterogeneidade discursiva). Tal separação ocorre ao mesmo tempo em que a ciência, com base no observável, nas evidências, se constitui, separando-se de um seu exterior. Do mesmo modo, surge o dicionário de língua, que se separa do dicionário filológico e enciclopédico. Portanto, através do dicionário de língua, o sujeito é introduzido na discursividade da ciência e da separação entre os sentidos “primeiros”, sem marcas de alteridade, e os sentidos “segundos”, que aparecem como seus complementos ou acréscimos, incluindo-se aí as diversas formas de menção e citação, enfim, as várias formas de discurso-outro.

II – Procedimentos analíticos

A leitura do dicionário como um discurso questiona a evidência das definições e a imagem do dicionário como objeto de consulta. Para isso, lança mão de procedimentos analíticos específicos. A análise segue um percurso, no contato com o corpus, que vai do texto ao discurso. Nesse percurso, conforme Orlandi (1999:77), o analista segue duas etapas:

1ª Etapa: Passagem da	Superfície Lingüística para o	Texto
2ª Etapa: Passagem do	Objeto Discursivo para o	Formação Discursiva
	Processo Discursivo	Formação Ideológica

Na primeira etapa, ocorre a passagem da *superfície lingüística* para o *objeto discursivo*, considerando o *esquecimento número 2* (da distância da enunciação)³. Nesse momento, é fundamental o trabalho com paráfrases, sinonímia, relação do dizer e não-dizer etc. Com esta primeira análise, começam a ser identificadas as formações discursivas presentes no corpus. Na segunda etapa, ocorre a passagem do objeto discursivo para o *processo discursivo*⁴. Nesse momento, o analista procura relacionar as formações discursivas distintas às formações ideológicas que regem estas formações. Em todas essas etapas há uma constante alternância entre momentos de descrição e de interpretação, de modo que os resultados parciais das análises servem de base para o procedimento seguinte.

Em termos gerais, a análise da definição que apresentamos aqui segue os procedimentos desenvolvidos por Collinot e Mazière:

“O artigo do dicionário será lido como um texto sem bordas. Ler o dicionário como um discurso implica submeter a análise a duas sistematicidades: a) montagem dos enunciados fragmentados do dicionário (entradas separadas) em um discurso histórico, dito de outro modo, construção do dicionário em um objeto histórico, em “arquivo”; b) Para isso, estabelecimento de procedimentos de análise de discurso que desconstróem a superfície textual: percurso nos artigos, montagem de séries e interpretação de redes.” (Collinot e Mazière, 1997: 134, tradução nossa.)

A constituição do corpus é fundamental nesse percurso, já que este é pensado desde o início, com a colocação dos objetivos gerais da análise, passando pelas análises intermediárias, em que ele é recortado de acordo com questões mais específicas, até o fecho da análise, quando são identificadas as formações discursivas que o corpus permite observar.

Constituição do corpus

Na análise de discurso, a constituição do corpus é realizada de acordo com os objetivos de análise e em consonância com o método. Segundo Orlandi (1999, p. 64), “todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo de análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos”.

1. *Análise de um dicionário ou de uma série de dicionários*

A escolha do(s) dicionário(s) frequentemente é o primeiro passo para a análise da definição. Surgem então as alternativas quanto ao tipo de dicionário: geral, especializado, escolar, etc. A análise pode incidir sobre um dicionário, ou sobre uma série deles. No primeiro caso, pode-se ter em vista conhecer a estrutura geral do dicionário. Um procedimento que tem sido utilizado nesse sentido é o de analisar os verbetes de uma letra ou de uma amostragem de uma letra. Tal procedimento tem a seu favor o fato de que qualquer domínio temático pode estar presente neste recorte. É viável por este caminho conhecer as principais variações das definições do dicionário, assim como a distribuição das variações em diferentes domínios⁵. Outro procedimento é estudar um domínio específico, recortando-o do dicionário.

No segundo caso, o procedimento é constituir séries de dois ou mais dicionários, tais como: a) série sincrônica: analisar diferentes dicionários em circulação em uma mesma conjuntura, comparando suas definições; b) série histórica: analisar um conjunto de dicionários tomados historicamente, por exemplo, os dicionários de uma língua elaborados dentro de um certo período; c) série heterogênea: selecionar dicionários de diferentes tipos, por exemplo, relacionar um dicionário geral e um especializado, ou um dicionário geral e um escolar, mostrando as variações dos enunciados definidores.

2. *Análise de um domínio*

Com esta análise, o objetivo não é conhecer um ou outro dicionário como um todo, mas sim como são constituídas as definições de um domínio ou de uma noção. Por exemplo, pode-se objetivar conhecer as definições de um domínio natural, como plantas, animais, aves, etc.; de um domínio cultural, como música, dança, teatro; de um domínio político: por exemplo, termos relacionados aos sistemas de governo; ou de um domínio científico: termos da biologia, termos da economia, etc. Pode-se também fazer uma seleção conforme as marcações de domínio dos dicionários, marcações estas que se multiplicaram com o tempo e hoje em dia podem ser pesquisadas por busca eletrônica. Os estudos de domínio permitem observar as variações definitórias internas ou externas a ele, bem como a relação com outros domínios, em um ou mais dicionários.

3. *Análise de palavra ou tema*⁶

Esta análise demanda um posicionamento a respeito da noção de palavra a ser utilizada. Tal noção, como os estudiosos frequentemente observam, não é de fácil delimitação. Que unidade tomar: apenas o lema, ou palavra-entrada? Consideram-se as variações morfológicas? Por,

exemplo, suponhamos que se escolha a palavra *sociedade*. Serão consideradas as entradas *social*, *socialista*, *sócio*? Serão consideradas as lexias complexas: *sociedade anônima*, *sociedade alternativa*, *sociedade mista*, etc.? Serão consideradas as diferentes acepções, por exemplo, os sentidos de *sociedade* na política e na biologia? Até que ponto será levada em conta a polissemia? No caso de tomar *sociedade* como uma noção ou um tema, poderão ser associadas outras palavras, como *grupo*, *nação*, *estado*, *associação*, *clube*, etc. Tal tema será constituído a partir de que critérios: termos considerados sinônimos ou análogos na língua? Termos selecionados de um determinado discurso? Termos de um campo lexical definido morfologicamente?

A análise de Delessale e Valensi (2001) sobre a palavra *negro* é um bom exemplo para se notar o percurso de análise e as decisões que o analista toma no seu decorrer. O objetivo inicial da autora partia de uma questão sobre a alteridade cultural: de que modo se constituía o etnocentrismo europeu, como os estereótipos concernentes ao Negro se compunham, conservavam ou modificavam? Tomando os dicionários para análise, a leitura incidiu de início sobre as entradas África/Africano, Cafre/Cafrerie, Congo, Etiópia/Etíope, Negritie, Negro, mas em seguida, tendo notado que o signo “negro” (*nègre*) incluía todos os outros, e que suas ocorrências eram mais freqüentes do que os outros termos no conjunto dos dicionários, resolveu-se analisar apenas a palavra “negro”. O percurso de Delessale e Valensi mostra que o primeiro contato com o corpus é fundamental e leva muitas vezes a recolocar os objetivos iniciais em termos mais específicos, trabalhando por esta via a noção de palavra e as relações sígnicas que ela pressupõe em cada caso.

A análise da definição

Vamos partir da chamada “definição clássica”, ou seja, aquela considerada desde a Antigüidade em termos da combinação de um elemento genérico com uma determinação específica, tal como neste exemplo, retirado do dicionário de Ferreira (1975):

Teatro. edifício onde se representam obras dramáticas.

Nesta seqüência, *edifício* é o nome genérico (ou hiperônimo) e a oração relativa *onde se apresentam obras dramáticas* é sua especificação. Tal ponto de vista guarda os limites da frase para pensar a definição. De uma perspectiva discursiva, a definição é abordada para além do limite da frase. Ela é vista como um enunciado, ou seja, como um segmento de discurso. A questão é: como esse enunciado funciona no

discurso (portanto na relação entre enunciados) produzindo sentidos? Retomando a distinção genérico/específico, podemos pensá-la no quadro do funcionamento metafórico/metonímico do discurso e também quanto às formas de determinação do nome. Como vimos anteriormente, o procedimento de análise de discurso se desenrola através da observação das diversas formas de paráfrase presentes no corpus, incluindo-se aí as relações entre o dizer e o não-dizer. Acrescentamos agora que, nestes mecanismos parafrásticos, o analista procura compreender os efeitos metafóricos e metonímicos que aí se produzem.

O efeito metafórico é o efeito que coloca em jogo a *seleção* e a *identificação* dos elementos significantes, enquanto o efeito metonímico coloca em jogo a *conexão* dos elementos, ou seja, as operações que se realizam sobre eles. No discurso, o efeito metafórico realiza um recorte da “realidade” em elementos mínimos (efeito-realidade), ao passo que o efeito metonímico, ao organizar ou combinar sintaticamente esses elementos, confere um lugar ao sujeito e à identificação social (efeito-sujeito). Deste modo, pensando o caso que nos diz respeito, diremos que o efeito-realidade e o efeito-sujeito se constituem ao mesmo tempo no enunciado definidor.

A posição do nome-cabeça (o nome que inicia a definição) coloca em jogo um conjunto paradigmático relativamente limitado no discurso lexicográfico. A relação diferencial entre esses elementos estabelece sentidos para o discurso definidor. Uma palavra por outra: este, como afirma Pêcheux (1988), é o funcionamento da metáfora. Encabeçar a definição com um nome equivale a um mecanismo de seleção, em que um elemento é selecionado e outros são deixados de lado. No domínio discursivo, a seleção do nome aciona uma determinada região do inter-discurso, conferindo-lhe um efeito de realidade. Enquanto isso, a construção de sua determinação delimita essa região, conferindo-lhe um efeito de sociedade. A distinção campo discursivo/espaco discursivo⁷ nos parece pertinente para compreender esse funcionamento. A seleção do nome coloca em jogo um determinado campo discursivo, aquele dos discursos possíveis para esse nome, consideradas as condições de produção do dicionário em questão. Já a determinação do nome seleciona no interior desse campo um espaco discursivo, em que funcionam de modo específico certas formações discursivas.

Para a compreensão do que colocamos, consideremos as seguintes definições de *pão*:

Bluteau, (1712)

Comum sustento dos homens, que consta de farinha amassada, e cozida ao forno.

Moraes, (1813)

A farinha dos pães, ou grãos cereais amassada com água, fermentada, dividida em porções, e cozida no forno.

Ferreira, (1975)

Alimento feito de massa de farinha de trigo ou outros cereais, com água e fermento, de forma em geral arredondada ou alongada, e que é assado ao forno.

Nestes exemplos, que constituem uma série histórica, os nomes-cabeça (núcleos dos sintagmas nominais) são *sustento*, *farinha* e *alimento*. Tais elementos estão em posição de substituição, configurando efeitos metafóricos, com deslocamentos de sentido. A paráfrase que se constitui entre esses nomes nos permite identificar uma distinção entre a finalidade, a matéria-prima e o produto. No primeiro caso, *pão* é identificado como algo que cumpre uma finalidade: a de sustentar o homem, o que o coloca na região de discursos que têm por objeto as finalidades ou efeitos do *pão* sobre o homem, na forma de palavras abstratas como “sustento”. No segundo caso, *pão* é identificado com a matéria de que é feito, o que o coloca na região de discursos sobre os objetos, na forma de nomes concretos como “farinha”, e sua transformação. No terceiro caso, *pão* é associado, através do nome concreto “alimento”, à ordem dos produtos ou substâncias que já passaram por um trabalho. Percebem-se, deste modo, diferentes efeitos de realidade, conforme a denominação.

Nestes mesmos exemplos, as determinações dos nomes configuram efeitos metonímicos particulares. Em Bluteau, a oração relativa “que consta de farinha amassada, e cozida ao forno” constrói um efeito de naturalidade ao objeto definido. A relativa em *que* posiciona o nome-cabeça como sujeito, de modo que o *pão*, enquanto *sustento*, se constitui naturalmente de “farinha amassada, e cozida ao forno”. Note-se que as formas em particípio passado (*amassada* e *cozida*) produzem um efeito de pré-construído, segundo o qual há um sujeito que trabalhou a substância *farinha*, porém esse “trabalho” está “contido” no objeto definido (o verbo *constar* está dominando os verbos *amassar* e *cozinhar*). Temos aí o discurso das finalidades naturais e do trabalho a serviço de tais finalidades. Em Moraes, observa-se que o verbo “constar” não aparece, enquanto que a série de orações em particípio (*amassada*, *fermentada*, *dividida*, *cozida*), que colocam em cena o sujeito trabalhador, determinam diretamente o nome cabeça. Decorre disso um discurso do homem que transforma a natureza com suas atividades, seu trabalho. Note-se que não aparece aí a finalidade do objeto ou do trabalho que se realiza sobre ele. Em Ferreira,

finalmente, repetem-se as formas em participípio passado que constroem a cena do trabalho humano (*feito e assado*), porém sobre outras bases, a saber, a do discurso científico: o *pão* é a substância ingerida que lhe permite a nutrição (como se depreende da definição de *alimento* no mesmo Ferreira: “toda substância que, ingerida por um ser vivo, o alimenta ou nutre”).

Em síntese, há uma passagem do mundo das finalidades naturais e do trabalho subordinado a esse mundo (discurso da providência natural), ao mundo do trabalho sobre as matérias-primas (o homo-faber) e, por fim, ao mundo do consumo e da “vida”, ou seja, dos produtos trabalhados e das necessidades vitais. Como vemos, a combinação dos efeitos metafóricos e metonímicos constroem diferentes discursividades das definições. Podemos remeter tais discursos às formações ideológicas em jogo nessas conjunturas. De início, em Bluteau, a predominância do discurso religioso, com o mundo abstrato e o trabalho artesão a serviço de finalidades naturais; depois, em Moraes, o discurso econômico, em que aparece o trabalho como transformação pelo homem da matéria-prima. Finalmente, em Ferreira, o trabalho como produção de mercadoria e a presença do consumidor visto como sujeito biológico. Nos dois últimos casos, economia e ciência se separam da religião.

As análises da definição permitem distinguir, por meio de marcas, diferenças no discurso. Os trabalhos de Collinot e Mazière mostram que a variação dessas marcas é significativa, de modo que as paráfrases das formas sintático-enunciativas da definição “fazem sentido”. Note-se que os fatos de sintaxe estão associados à enunciação e à semântica discursiva. Collinot e Mazière abordam vários desses fatos, indicando caminhos a que uma análise sistemática pode conduzir. Eles partem do seguinte esquema de “definição clássica”:

N-Entrada: N-Cabeça (adj.) (Participípio) (S. Prep.) (Rel.) (Circunstancial)

Para pensar as possibilidades de variação que esse esquema permite descrever, notem-se as seguintes definições (exemplos nossos criados):

- Prego.** 1. Haste de metal pontiaguda de um lado e com cabeça de outro.
2. Haste de metal que se faz entrar em material sólido para prender objetos.
3. Haste de metal utilizada para fixar ou segurar um objeto.
4. Haste de metal para prender objetos na parede.

A primeira definição consiste em uma série de determinações do nome (adjetivos, sintagmas preposicionais). Tal enunciado não introduz na cena definidora nenhum sujeito social, limitando-se à descrição natural do objeto. A segunda definição não especifica tanto a forma natural do objeto, no entanto introduz um sujeito social (indeterminado) que utiliza esse objeto em uma atividade corriqueira (relativa: *que se faz entrar...*), com uma finalidade específica (circunstancial: *para prender objetos*). A terceira definição supõe um sujeito que utiliza o objeto com uma finalidade. A diferença em relação à anterior está no aspecto: o particípio passado coloca a ação como algo já realizado, como uma anterioridade em relação à instância da enunciação, ao passo que o presente da definição 2 constrói uma cena atual em relação à enunciação. Já a última definição fala menos sobre a ação do sujeito do que sobre a finalidade do objeto, que aparece naturalizada.

Tendo em vista uma ou outra dessas variações, entre outras, Collinot e Mazière analisam diversos dicionários franceses, efetuando montagens de séries e realizando análises dessas séries, dentre as quais: variação das orações relativas, dos circunstanciais, introdução ou não de sujeitos indeterminados ou especificados, construções com particípio passado ou infinitivo, etc. Nessas análises procuram considerar o dito e o não-dito nas definições, levando em conta as paráfrases de segmentos sintáticos.

Conclusão

Pensamos ter delimitado alguns conceitos e procedimentos analíticos para a análise da definição lexicográfica. A distinção entre o dispositivo teórico e o dispositivo analítico proposta por Orlandi foi bastante produtiva para isso. Em primeiro lugar, porque permitiu trabalhar conceitos básicos da análise de discurso em um corpus específico: os dicionários, o que trouxe subsídios para pensar a operacionalidade desses conceitos. Em segundo lugar, porque possibilitou o desenvolvimento de procedimentos de análise discursiva da definição assentados em uma base teórica consistente. Tal análise questiona os limites da frase e considera a definição como um segmento de discurso, ou seja, como um enunciado que significa na relação com outros enunciados no jogo das formações discursivas de uma conjuntura.

Procuramos descrever o funcionamento da definição com base em dois efeitos discursivos: o efeito metafórico (efeito de realidade) e o efeito metonímico (efeito de sociedade). A combinação desses efeitos supõe que a definição é sempre construída por sujeitos e para sujeitos e a sua relação com o mundo não é direta, mas sim mediada pelo imaginário e pelo interdiscurso.

O analista de discurso que toma o dicionário como objeto se depara com uma série de questões, algumas que fazem parte do domínio fundamental da análise de discurso, e daí a possibilidade de um retorno teórico para se refletir sobre conceitos como condições de produção, interdiscurso, formação discursiva, heterogeneidade discursiva, bem como sobre a relação língua-sujeito-história. Além disso, o contato com o corpus lexicográfico leva a questões suscitadas por tais materiais, dentre as quais, a própria noção de “léxico”, tal como trabalhada nos dicionários, a noção de “definição” e dos mecanismos sintático-enunciativos relacionados a ela, a noção de “palavra” e seus desdobramentos, as diversas formas de homonímia e polissemia e outras questões que são como pequenas descobertas em um corpus extenso e diversificado.

Notas

¹ Este trabalho está relacionado ao projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil (Capes-Cofecub), coordenado no Brasil por Eni P. Orlandi e Diana L. P. de Barros, e tem também o apoio da Fapesp, através do projeto Dicionários Brasileiros de Língua Portuguesa do Século XX: História e Análise (processo nº 01/10281-0/Auxílio Pesquisa).

² “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito.” (Eni P. Orlandi, *Análise de discurso*, p. 43).

³ O esquecimento número dois produz no sujeito a impressão da realidade do pensamento. Essa impressão, que é denominada ilusão referencial, nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. (cf. E. Orlandi, 1999).

⁴ “A partir de então, a expressão *processo discursivo* passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimas, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada.” (Pêcheux, 1988, p. 161)

⁵ Análise desse tipo foram efetuadas em Mazière (1989) e Nunes (1996).

⁶ Sobre a noção de tema em análise de discurso, ver Orlandi, E. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

⁷ Segundo Maingueneau, o “campo discursivo” “é definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região”. E o espaço discursivo “delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados”. D. Maingueneau, *Novas tendências em análise de discurso*. Campinas: Pontes Editores/Editora da Unicamp, 1989.

Referências Bibliográficas

- AUROUX, S. *A Revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

- BLUTEAU, R. *Vocabulário portuguez e latino*. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.
- COLLINOT, A. & MAZIERE, F. *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- DELESSALE, S. & VALENSI, L. "A palavra 'nègre' nos dicionários franceses do antigo regime. História e lexicografia". *Rua*, 8, Campinas: Labeurb, 2002, 9-42.
- GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. *Os limites do sentido*. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- HENRY, P. *A Ferramenta imperfeita*, Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise de discurso*, Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1989.
- MAZIÈRE, F. "O enunciado definidor: discurso e sintaxe". In: GUIMARÃES, E. (org.) *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989, 47-59.
- NUNES, J. H. *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*. Tese de Doutorado. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- _____. "Léxico e língua nacional: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil". In: ORLANDI, Eni P. (org.) *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes/Cáceres: Unemat, 2001, 71-88.
- _____. "Dicionarização no Brasil: condições e processos". In: NUNES e PETTER, M. (orgs.) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/Campinas: Pontes, 2002.
- OLIVEIRA, S.E. "Um espaço de enunciação para dizer os brasileirismos". In: NUNES e PETTER, M. (orgs.) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/Campinas: Pontes, 2002.
- ORLANDI, Eni P. *A Linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez/Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

- _____. *Terra à vista*. São Paulo: Cortez/Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- _____. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- SILVA, A. de M. *Diccionario da lingua portuguesa, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.
- SOARES A.J. de M. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1888.